



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639041 - SP (2021/0004280-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PAOLA SILVA DE VECCHI
ADVOGADO : PAOLA SILVA DE VECCHI - SP226713
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIO HENRIQUE MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIO HENRIQUE MARTINS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2020.0000786825).

O paciente foi condenado pela prática da falta disciplinar de natureza grave por ter infringido o disposto no artigo 50, inciso I e VI, c/c art. 39, incisos II e V, da Lei das Execuções Penais; e artigo 46, incisos I e VI, da Resolução da SAP 144/2010.

Sustenta o impetrante a prescrição da falta disciplinar em razão da superação do prazo de 180 dias entre a data do cometimento das faltas graves pelo paciente e a homologação destas.

Aduz a inépcia da denúncia em razão do anonimato das denúncias, da ausência de provas das alegações e da falta de explanação sobre a atuação de cada envolvido separadamente.

Sustenta a ilegalidade das provas produzidas em razão de violação ao contraditório e a ampla defesa.

Pleiteia a concessão da ordem, liminarmente, para que se reconheça a prescrição e/ou a inépcia da denúncia.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, reconhecendo-se a improcedência do procedimento disciplinar com o devido arquivamento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente